

História do povo brasileiro

EDILENE TOLEDO

PASTA: 24

COPIAS: 123

R\$: 345

Anarquismo e sindicalismo
revolucionário
Trabalhadores e militantes em São Paulo na
Primeira República

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Toledo, Edilene
Anarquismo e sindicalismo revolucionário : trabalhadores
e militantes em São Paulo na Primeira República / Edilene Toledo. – São
Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção História do
Povo Brasileiro)

Bibliografia.

ISBN 85-86469-97-1

1. Anarquismo - São Paulo (Estado) - História 2. Brasil - História
- República Velha, 1889-1930 3. Revoluções - São Paulo (Estado) - História
4. Sindicalismo - São Paulo (Estado) - História 5. Trabalho e classes
trabalhadoras - São Paulo (Estado) I. Título. II. Série.
CDD-335.82098161

Índices para catálogo sistemático:

1. São Paulo : Estado : Anarquismo e sindicalismo revolucionário

: História 335.82098161

2. São Paulo : Estado : Sindicalismo revolucionário e anarquismo
: História 335.82098161

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



“Eu gostaria de saber o que pode aprender um pobre coitado de um operário em todo aquele monte de suposta filosofia, naquela prosa confusa e disforme.

Se ao menos houvesse alguma coisa inerente à luta terrível dos explorados para iluminar as mentes, mas nada ou quase nada do que é o ponto realmente importante e todo o espaço é reservado a artigos de polêmica barroca, quase incompreensíveis elucubrações grotescas inúteis. É necessário um pouco de bom senso, bom senso operário e nada mais”.

Raciônios como esse levaram muitos anarquistas a entrar nas associações operárias para atuar junto aos trabalhadores, embora as ligas operárias não fossem anarquistas e tivessem em seu interior tanto trabalhadores libertários como socialistas e sindicalistas revolucionários. Havia nas ligas também muitos que, provavelmente, eram indiferentes a essas divisões políticas, além, talvez, de um número consistente de outros que se identificavam mais como católico do que com alguma tendência política. Com efeito, encontramos nos estatutos da FOSP e das ligas a necessidade de respeito e tolerância em relação a todas as tendências políticas e religiosas. A participação de Sorelli foi decisiva no processo de constituição do sindicalismo revolucionário em São Paulo. Mas, antes de nos determos em sua ação sindical, vejamos como eram as atividades de um militante anarquista na São Paulo do período.

Entre o anarquismo e o sindicalismo

Ser anarquista

*E*ra próprio dos anarquistas se referirem à história do anarquismo como a do desenvolvimento do espírito antiautoritário através da história da humanidade. Eles consideravam que sua doutrina estava de acordo com as aspirações fundamentais do homem e que em todos os tempos os povos lutaram nesse sentido. Assim, a aspiração à liberdade, o espírito libertário inerente à natureza humana, remontaria à presença do homem sobre a Terra.

Essa caracterização tão abrangente permitia encontrar pela história os mais diferentes tipos de anarquistas. Os seguidores de Tolstói, por exemplo, consideravam Jesus Cristo o verdadeiro fundador da anarquia. Outros reivindicavam Rabelais e La Boétie como seus precursores. Kropotkin também afirmava que os filósofos do século XVIII romperam com a tradição religiosa e procuraram seu apoio na ciência e na razão e, nesse sentido, essa filosofia teria sido também anarquista. O anarquismo como movimento, porém, surge num contexto histórico muito preciso de crítica ao capitalismo e sua história envolve uma grande complexidade e diversidade de visões. Mas era essencial na doutrina anarquista destruir toda autoridade em suas várias manifestações: o

Estrado, o capital e a religião. Por outro lado, havia também muitas divergências teóricas e estratégicas.

Ser um militante anarquista, em geral, significava envolver-se em uma série de atividades, entre as quais as escolas libertárias eram uma das mais importantes. Alguns militantes, como João Penteado e Adélino de Pinho, dedicaram suas vidas a experiências novas em educação. Adélino viveu, com dificuldades, com o trabalho em sua escolinha para filhos de trabalhadores. Antes ele tinha sido condutor de bonde e permanecera analfabeto até a idade adulta. Instruiu-se por conta própria, como muitos outros militantes, graças à intensa paixão cultural dos meios anarquistas.

Alessandro Cerchai foi um dos mais atuantes na atividade de propaganda, como se vê nessas lembranças de Tito Batini:

“Alessandro Cerchai, amigo de nossa família, que nos batizara em nome da liberdade, a mim e a meu irmão Pio Libero, derramando sobre nossas cabeças vinho Lambrusco, nosso mestre de primeiras letras, intelectual, militante político, que se empregara como lixeiro da municipalidade de São Paulo e como turmeiro nas estradas de ferro. À noite roubava horas de sono para discursar aos companheiros de trabalho e escrever jornais defensores da classe”.

Batini recorda-se também de outra atividade dos anarquistas, a propaganda pelo interior do estado, onde percorriam várias localidades para difundir as idéias libertárias. Batini registra que, em 1908, mesmo morando em Avanhadava, sua casa era visitada por propagandistas:

“Lembro-me de Angelo Bandoni, que trazia amostras de filtros — a um tempo traziam folhetos chegados da França, da Itália e da Espanha e dos de São Paulo e Rio de Janeiro, dirigidos pelos anarquistas Alessandro Cerchai ou Oreste Ristori, como de Santos, o mensário *A Questão Social* de Silverio Fontes”.

Os anarquistas desejavam uma transformação completa da sociedade: a solidariedade, o bem-estar de todos, a liberdade, o fim da violência, das religiões, da propriedade privada, dos governos, dos parlamentos, dos exércitos, da polícia, da magistratura e de todas as instituições que consideravam autoritárias e violentas. Propunham, ao contrário, uma sociedade organizada por livres associações e federações de produtores e consumidores, formadas e modificadas segundo a

vontade dos associados, guiados pela ciência e pela experiência e livres de toda imposição que não derivasse das necessidades naturais. Essas transformações, porém, para grande parte dos anarquistas, não poderiam ser impostas pela violência, mas deveriam ser alcançadas pela vontade humana: os homens deveriam desejá-las. Cobia aos anarquistas a tarefa de transformar os homens, convencê-los, despertar-lhes a vontade criadora e transformadora.

A ignorância era entendida como um dos principais inimigos, e só a instrução poderia ser o caminho da conversão. Estender as luzes da ciência aos pobres significava prepará-los para enfrentar o inimigo e construir a sociedade futura. Na verdade, toda a esquerda nesse período acreditava na luta da razão contra a ignorância e a superstição, na luta do progresso contra o passado, na ciência e na educação.

O projeto de educação formal nas escolas era associado a outras experiências educativas, como os centros de estudo, o teatro, a literatura, os jornais, as bibliotecas. O objetivo era a divulgação de idéias políticas e de uma cultura e uma moral não contaminadas pelos dogmas da Igreja e do Estado e pela moral burguesa, além do incentivo à luta do operariado contra a exploração capitalista. Em 1904, por exemplo, o Centro de Estudos Sociais e Ensino Mútuo, ligado ao grupo editor do jornal anarquista *O Amigo do Povo*, funcionava regularmente com aulas às terças-feiras, quintas-feiras e domingos, palestras aos sábados e leitura todos os dias. Um ano antes, em 1903, havia sido publicado o romance *Idéologo*, do anarquista Fábio Luz, um marco desse tipo de propaganda: a “literatura útil” anarquista passaria a integrar o cenário cultural da época. Nos anos seguintes, o poeta Ricardo Gonçalves trazia para o *Jornal Comércio de São Paulo* uma seção de crítica social, alcançando também, com suas idéias anarquistas, o leitor da imprensa convencional.

O esforço de democratização do conhecimento, comum às diferentes tendências socialistas, levou também vários anarquistas do Rio de Janeiro, em 1904, a algar-se à experiência da efêmera Universidade Popular, que tinha como objetivo “instrução superior e educação social do proletariado”.

Em São Paulo, já no final do século XIX, haviam sido fundados vários jornais anarquistas, como *Gli Schiari Bianchi*, *L'Asino Umato* e *Il Risveglio*, que geralmente tiveram vida breve. A ação prática dos grupos ligados a eles consistia na propaganda escrita e oral e em algumas comemorações e manifestações públicas. Nos

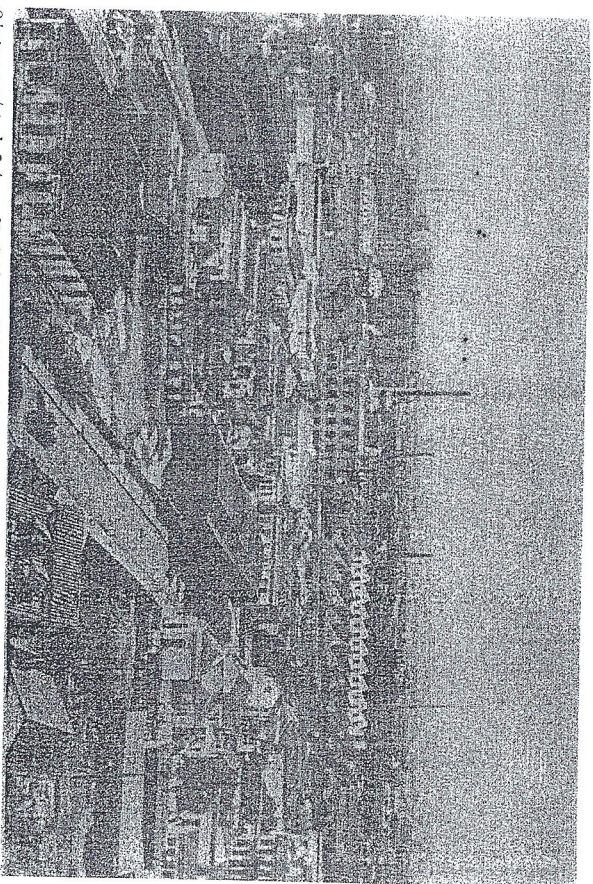
anos seguintes, vários outros jornais seriam fundados. No esforço em favor da educação, que daria aos homens uma consciência revolucionária, a imprensa era o veículo de maior alcance, de forma que criar um jornal era o passo habitual dos grupos anarquistas em várias partes do mundo. Era uma experiência de informação alternativa e oposta à grande imprensa. Os jornais anarquistas eram vendidos ou distribuídos nas ruas de São Paulo.

Benjamin Mota, advogado e ex-republicano, que defendeu muitos militantes em processos e prisões, aderiu ao anarquismo em 1897. No mesmo ano chegou ao Brasil Gigi Damiani, com 21 anos, além de outros, como Sorrelli, que se tornariam grandes figuras do anarquismo em São Paulo: Angelo Bandoni, Alessandro Cerchiai, Oreste Ristori, Luigi Magrassi e Neno Vasco. Nos anos que se seguiram, juntos procuraram difundir as idéias anarquistas entre os trabalhadores de São Paulo, denunciando a exploração da mão-de-obra imigrante tanto nas fazendas de café como nas fábricas das cidades.

É difícil avaliar o grau de penetração da ação anarquista, mas é um fato que o Estado e os proprietários temiam suas ações e o efeito da sua propaganda, reprimindo-os intensamente com prisões e deportações.

Em 1909, como vimos anteriormente, um relatório policial descreveu os principais grupos anarquistas de São Paulo, como o La Battaglia (A Batalha), do jornal homônimo, organizado por Ristori e Cerchiai e composto basicamente por tipógrafos e metalúrgicos e suas esposas. Segundo o policial, esse era o grupo mais intelectual e preparava palestras dos organizadores, além de Sorrelli, de Tobia Boni e outros, a fim de angariar fundos para o jornal e subscrições de solidariedade.

Outro grupo analisado era o Ponte Grande, composto, segundo o relatório, por italianos muito pobres: lixeiros, sapateiros, trabalhadores de olarias, areeiros e profissionais de outros ofícios. O grupo Pensiero e Azione (Pensamento e Ação), também chamado de Grupo do Bom Retiro, era composto por cerca de cem operários, quase todos pedreiros, carpinteiros e empregados das oficinas ferroviárias, que se reuniam para conferências e festas e conseguiram manter uma escola primária mista freqüentada por aproximadamente 50 alunos, em sua maioria filhos e parentes de anarquistas do grupo. Havia também o grupo Aurora, que, sem sede própria, se reunia em vários bairros da cidade, como Lavapés, Brás e Cambuci, sendo também chamado de Grupo do Cambuci, bairro onde morava Sorrelli.



O bairro operário do Brás em São Paulo em 1915. O Brás reunia tanto as fábricas como as habitações de operários. Foi conhecido durante muito tempo como um bairro italiano.

O relatório revela que os grupos eram constituídos, em grande parte, por trabalhadores. De fato, os dados disponíveis sobre a composição profissional dos núcleos anarquistas permitem afirmar que eram formados sobretudo por trabalhadores manuais. No último grupo apontado no relatório, o policial indica a presença de "ladrões e desajustados", bem como a realização de grandes festas e farra em que ocorriam "rixas sangrentas", o que é questionável, visto que os anarquistas parecem ter mantido uma moral bastante rígida e até puritana.

No entanto, é verdade que alguns setores anarquistas voltaram seus esforços de propaganda para o *lumpenproletariado*. Como esses grupos tinham suas sedes nos bairros pobres da cidade, é possível que não houvesse um controle rígido sobre seus freqüentadores. Algumas vezes, a própria imprensa operária e anarquista fazia referência a brigas em suas festas. Mas, de forma geral, os anarquistas procuravam dar ênfase à honestidade exemplar dos operários e anarquistas, também porque o anarquismo tinha um caráter de conversão quase religiosa: não era apenas um conjunto de idéias políticas, mas uma forma de vida, e muitos consideravam que os valores morais eram requisitos básicos para a revolução social.

1 O militante Victor Serge, em suas *Memórias de um revolucionário*, apresenta uma clara descrição desse sentimento:

“O anarquismo nos tomava inteiramente porque nos exigia tudo, oferecia-nos tudo. Não havia um recanto da vida que ele não iluminasse, ou ao menos assim nos parecia. Podia-se ser católico, protestante, liberal, radical, socialista, até sindicalista, sem que nada mudasse na vida de cada um e, portanto, na vida. Afinal, bastava ler o jornal respectivo, frequentar uns ou outros cafés. Tacião de contradições, dilacerado em tendências e subtendências, o anarquismo existia antes de tudo o acordo entre atos e palavras. Foi por isso que chegamos à tendência extrema naquele momento”.

A base da vida política do anarquismo em São Paulo no início do século era a cooperação voluntária entre os grupos distintos, constituídos espontaneamente. O grupo de afinidade era, em geral, a célula organizativa do movimento anarquista, em que todos podiam entrar e sair, sem obrigações ou sanções.

Ao mesmo tempo, os anarquistas tinham uma grande preocupação com a teoria. Ser anarquista era ser pensador. A preocupação com a formação de militantes levava ainda a tentativas de criar escolas também para adultos. A tarefa essencial do militante era discutir o anarquismo com outros anarquistas e falar, ou escrever em jornais, comícios, campanhas e conferências.

Se o sonho de cada grupo era ter seu próprio jornal, o sonho seguinte seria transformar o jornal num semanário, de forma que pudesse tornar mais eficiente a propaganda, com maior presença e a possibilidade de discutir acontecimentos recentes.

É difícil estabelecer com precisão quantos eram os anarquistas nesse período em São Paulo. Provavelmente não eram muitos, caso contrário teria sido mais próspera a vida dos jornais, embora algumas vezes afirmassem o inverso. Os anarquistas constituíam um grupo excepcional entre os operários, mas é certo que, como em outros países, havia um grande interesse pelo anarquismo. Devia haver simpatias entre os trabalhadores por um ou outro aspecto da filosofia libertária. É provável que vários trabalhadores aderissem ao anarquismo inspirados pela leitura de algum jornal. Certamente os mais instruídos liam para os demais e é bem possível que um mesmo jornal passasse por várias mãos e fosse conservado e relido. Mas havia uma grande diferença entre um simpatizante e um militante.

Talvez muitas pessoas não fizessem mais do que comprar um ou outro jornal e ir a algumas festas.

Os militantes propriamente ditos estavam organizados em grupos de caráter diverso. As fontes nos dão notícia de vários grupos. Talvez houvesse outros mais que não foram mencionados nem pela polícia nem pela imprensa.

Os grupos eram primordialmente centros de discussão, mas alguns se especializavam em atividades concretas: criação e manutenção de escolas, publicação de livros e opúsculos, compra de publicações estrangeiras, correspondência com grupos de outras cidades e países, criação de centros de estudos sociais e bibliotecas, publicação de jornal, organização de apresentações teatrais. Certamente, um mesmo militante participava de diversas dessas atividades.

Ainda que formalmente desconectados, os pequenos grupos gravitavam em torno de um núcleo de atração. Nos primeiros anos do século xx, esse papel de agente de ligação fora ocupado pelo grupo do jornal *O Amigo do Povo* e, depois, pelo *Terra Livre*. Algumas vezes os grupos anarquistas colaboravam com outros, como os socialistas do *Avanti!* e núcleos anticlericais.

Apesar dos objetivos comuns, os anarquistas divergiram muito sobre as estratégias, os caminhos a percorrer. Eram questões sobre as quais parece não ter havido consenso durante toda a história do movimento: o uso ou não da violência; se a educação e a propaganda por si sós poderiam transformar a sociedade; atuar ou não junto aos sindicatos e como fazê-lo. Para alguns, o sindicato se tornava o instrumento de construção da sociedade futura; para outros, era só um espaço de propaganda. Malatesta, que teve grande influência entre os anarquistas do Brasil, condenava a busca de uma solidariedade econômica entre os trabalhadores — que considerava ilusória — em vez de uma efetiva solidariedade moral.

Também no Brasil o sindicato foi condenado por muitos anarquistas, não pela inutilidade, mas pelo reformismo, que faria perdurar a sociedade capitalista. Para uns, no entanto, o sindicalismo era o único modo de não se limitar à propaganda teórica. Para outros, mais confiantes no sindicalismo, o sindicato seria a base sobre a qual se ergueria a nova sociedade. Muitos destes últimos mergulharam nas idéias e na prática do sindicalismo revolucionário e viram no sindicato seu principal e mais eficiente espaço de atuação.

Anarquismo e sindicalismo revolucionário

Os sindicatos eram também parte da vida cotidiana nos bairros operários de São Paulo, como ilustram essas palavras de Tito Batini:

"No bairro da Água Branca, onde vivíamos, no Belenzinho ou no Brás, como em Santana, onde viviam nossos parentes operários das primeiras fábricas de tecidos e primeiras pequenas metalúrgicas, fornos funcionando nos fundos dos quintais, na Moóca, na rua Santa Efigênia povoada de sapateiros, às margens do rio Tietê com seus oleiros, desde a Ponte Pequena à Ponte Grande, o enxame de trabalhadores de quantos ofícios se mantinha, com suas famílias, em vida social apartada, em franca atividade cultural e artística, desde as várias unidades da Escola Moderna até as cooperativas de consumo, as associações de socorro mútuo e os sindicatos, onde se promovia a unidade de classe e a luta organizada por reivindicações [...]".

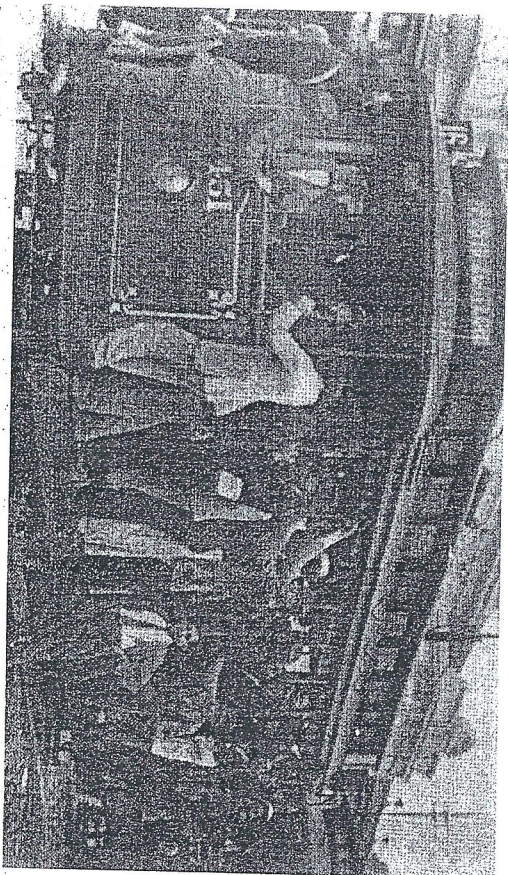
É interessante observar a referência de Batini à segregação geográfica dos trabalhadores na cidade de São Paulo. Nessa vida social apartada, nos bairros de trabalhadores, eles criavam suas próprias instituições, espaços de encontro, educação, organização e diversão. As ligas operárias, com sede nos bairros, exerciam várias dessas funções. Elas se constituíam em espaços dos trabalhadores, alguns dos quais eram socialistas, anarquistas, sindicalistas revolucionários ou indiferentes às correntes políticas.

Vivendo nesse meio, Sorelli logo entrara no grande debate de uma das questões sobre as quais, como vimos, nunca houve consenso durante toda a história do movimento anarquista: a discussão sobre participar ou não dos sindicatos e como fazê-lo. Alguns anarquistas condenavam o sindicato por sua inutilidade, outros pelo reformismo que faria perdurar a sociedade capitalista. Alguns achavam que os anarquistas deveriam estar próximos ao sindicato para evitar o avanço de outras tendências e fazer propaganda das idéias libertárias. Sorelli confiava mais nas virtudes do sindicato e aderiu ao sindicalismo revolucionário, tornando-se secretário da FOSP, da qual faziam parte diversos sindicatos.

As relações entre sindicalismo revolucionário e anarquismo são bastante complexas e de forma alguma um pode ser reduzido ao outro. Parte do equívoco de associar todo o movimento operário da Primeira República ao anarquismo foi

a tendência de incorporar o sindicalismo revolucionário ao anarquismo, com o nome de anarco-sindicalismo. Entretanto são movimentos diferentes. Em muitos países, como Itália e Argentina, por exemplo, o movimento do sindicalismo revolucionário nasceu no interior dos partidos socialistas, e não nos meios anarquistas. Em São Paulo, a participação de socialistas também foi importante para a formação de um movimento inspirado nas idéias do sindicalismo revolucionário. Muitos anarquistas também decidiram participar do movimento sindical inspirado pelo sindicalismo revolucionário, o qual considerava que os sindicatos não deveriam ser nem anarquistas, nem socialistas e nem de outra tendência, mas simplesmente operários. Com efeito, Sorelli entrou no movimento sindicalista revolucionário, sem abandonar, porém, o anarquismo.

A base e o fundamento do sindicalismo revolucionário era o texto aprovado no congresso da CGT (Confédération Générale du Travail) francesa em 1906. Ele afirmava a independência do sindicalismo em relação ao socialismo e ao anarquismo. Seus objetivos centrais eram organizar os trabalhadores na defesa de seus interesses morais, econômicos e profissionais, sem associar essa luta a qualquer partido ou tendência política. A FOSP considerava que esses princípios predominantes na CGT francesa poderiam ser aceitos por qualquer membro de



Bonde de operários, 1910. Somente os trabalhadores mais qualificados dispunham de dinheiro para utilizar o bonde para ir ao trabalho. Muitos iam e voltavam do trabalho a pé, percorrendo longas distâncias.

um grupo socialista, fosse ele socialdemocrata, anarquista ou adepto de outra corrente, e julgava que o sucesso do sindicato estava em sua autonomia. Este era, sem dúvida, um esforço para atenuar os conflitos existentes entre os operários e, por isso, todas as doutrinas deveriam ter a mesma tolerância: dentro do sindicato todos eram operários. Fora dele, os trabalhadores poderiam se associar ao grupo que mais lhes agradasse. Como vimos anteriormente, era essa a idéia que Sorelli havia defendido para as sociedades de socorro mútuo.

Mas quais eram, efetivamente, as relações entre sindicalismo revolucionário e anarquismo no período que estamos analisando? A questão é bastante complexa e respostas contraditórias foram dadas por historiadores e militantes do movimento operário.

Para uns, sindicalismo revolucionário e anarquismo eram dois movimentos diferentes. Nesta interpretação, o sindicalismo revolucionário era visto como uma ruptura tanto com o anarquismo como com o socialismo. Ele seria um outro socialismo, o socialismo operário.

Para alguns militantes, no entanto, a despeito das críticas ao anarquismo, sobretudo às suas divisões e à sua impotência, o sindicalismo revolucionário seria uma corrente nova, mas dentro do próprio anarquismo: o anarquismo operário, o que fica evidente neste artigo do jornal *Voz do Trabalhador*:

“O anarquismo apartado do movimento operário entrou de deífnhar, de se consumir num criticismo estéril e impotente, de se dividir em pequenas capelas, por vezes ridículas, com infiltração de individualismo burguês ou de misticismo, divagações metafísicas e torções intellectuais de diletantes e de snobes. [...] Por fim tornou-se a encher-se a maré revolucionária. Os sindicatos, desiludidos do reformismo chato e do democratismo, adquiriram na França novo espírito; e os anarquistas, reanimados, lançavam-se de novo no movimento operário... Eis reatada a tradição da Internacional com o enriquecimento da prática e da teoria e com as modificações dos novos tempos. Eis revivificado o anarquismo operário, às vezes sob o nome de ‘sindicalismo revolucionário’, que é para muitos um simples eufemismo.”

Na verdade, havia variações de interpretação até mesmo entre os anarquistas engajados no movimento sindical. Para alguns, o sindicalismo revolucionário era o anarquismo operário, um anarquismo realista e concreto que não se satisfazia

com negações ou afirmações abstratas e que confiava na classe operária. Para outros, tendo nascido de um duplo movimento de reação contra o desvio do socialismo na política parlamentar e o desvio do anarquismo no intelectualismo, no antiorganizacionismo ou no terrorismo, o sindicalismo pretendia ultrapassar a ambos e assumir a direção da emancipação operária, como se deduz dessa passagem d’*Voz do Trabalhador*:

“É evidente que o sindicalismo não pode ser colocado sob a bandeira da democracia social ou de qualquer outro partido parlamentar. Por outro lado, não podemos dizer que a fórmula seja anarquista, pois o sindicalismo permite que seus aderentes individualmente tomem parte na agitação eleitoral, ao passo que o anarquismo obriga os seus partidários não só a absterem-se de intervir nas eleições como combater e expor a futilidade da legislação parlamentar [...] Pela definição dos fins e táticas, o sindicalismo encerra uma verdadeira concepção operária da sociedade futura.”

Portanto, havia socialistas engajados no movimento sindicalista revolucionário que acreditavam que o sindicalismo fosse o verdadeiro herdeiro do socialismo. Havia também anarquistas que viam no sindicalismo revolucionário o verdadeiro anarquismo. E havia ainda os militantes que reconheciam o sindicalismo revolucionário como uma corrente política autônoma em relação ao socialismo e ao anarquismo. Entretanto, os anarquistas engajados no movimento sindicalista revolucionário receberam duríssimas críticas de grande parte do mundo anarquista.

Uma vez que a política institucional era um campo de luta inconcebível para os anarquistas, era necessário criar novos campos, sob o risco de se cair na esterilidade. Num certo momento, o sindicato passa a ser visto por muitos anarquistas como o espaço privilegiado para a ação. A reação à idéia de que só se derrubaria a sociedade por meio de insurreições surgiu, no plano teórico, na forma do anarco-comunismo, cujos maiores representantes foram Kropotkin e Malatesta. Essa nova teoria desempenhou uma função vital no movimento libertário. Certamente os anarquistas também foram sensíveis aos elementos de ruptura introduzidos na história social pelo massacre que se seguiu à Comuna de Paris.

Os acontecimentos passados haviam também demonstrado que a fórmula terrorista era contraproducente e, então, a única maneira de não se limitar à di-

vulgãõ teórica era defender a formação de sociedades de ofício. A partir dessa nova estratégia, os anarquistas decidiram acelerar sua entrada nas sociedades de resistência, mas para evitar que os socialistas se apoderassem delas. A idéia da greve geral aparece então como o grande instrumento ou mesmo o único meio possível na estratégia anarco-comunista. Entretanto, o novo fervor pela greve geral insurrecional era diferente do dos sindicalistas revolucionários e parecia uma outra versão da velha fé anarco-comunista no ataque revolucionário.

Assim, muitas vezes, o ingresso dos anarquistas nas sociedades de resistência e seu esforço para presidi-las pareciam ter uma justificativa, do ponto de vista libertário, puramente tática: deter avanços socialistas ou de outras tendências. Também no Brasil percebe-se esse comportamento:

[...] Se não querem ficar isolados e impotentes, os anarquistas devem tomar parte direta na luta operária, organizando as sociedades de resistência e orientando os trabalhadores nos seus conflitos contra o Capital e o Estado. Do contrário, outros virão a servir-se das necessidades que os proletários sentem de melhorar a sua triste situação, afastando-os da verdadeira luta."

Assim, os anarquistas aproximavam-se das estratégias do sindicalismo revolucionário procurando racionalizar os esforços de difusão da idéia anarquista. Pareciam acreditar que, mantendo-se fechado a toda interferência política, com autonomia de ação, o sindicato se tornaria anarquista. Julgavam também que num movimento sindical adequadamente organizado, sem burocracia, hostil a toda política reformista e a toda colaboração com o Estado, os operários iriam adquirindo consciência revolucionária.

Mas alguns anarquistas passaram a acreditar mais na importância do sindicato como estratégia tanto para a luta cotidiana como para a construção da sociedade futura, abraçando o sindicalismo revolucionário, sendo, por isso, duramente criticados pelos chamados anarco-comunistas, como Malatesta.

Para o francês Emile Pouget, cujos textos foram continuamente publicados pela imprensa operária no Brasil, se o sindicato era, no presente, o organismo de luta e reivindicação dos trabalhadores contra os seus patrões, no futuro ele seria a base sobre a qual se ergueria a nova sociedade, enfim libertada de toda exploração e tirania. Ele é um dos exemplos, como Giulio Sorelli também o é em São Paulo, do militante que, embora não abandonando a doutrina anarquista

como teoria fora do sindicato, dentro deste aceita as idéias do sindicalismo revolucionário, e acaba assumindo idéias não-anarquistas como a do sindicato na condição de instituição-base da futura sociedade.

Portanto, tanto a CGT francesa como a ROSP, por exemplo, tinham em seu interior militantes e trabalhadores que podiam ser sindicalistas revolucionários puros, ou socialistas, ou anarquistas ou de outras tendências, por motivos talvez diversos. Porém, lá como aqui, tinha sido vitoriosa a idéia sindicalista revolucionária segundo a qual o sindicato não podia ser nem anarquista nem de outra tendência política. Assim sendo, a CGT, a IWW (Industrial Workers of the World) nos Estados Unidos, a ROSP, as muitas Câmaras do Trabalho italianas, lideradas por sindicalistas revolucionários, a COB (Confederação Operária Brasileira) e mesmo as várias ligas de ofício não eram anarquistas, embora tivessem anarquistas, mas não só, em seu interior.

O sindicalismo revolucionário teve maior sucesso entre os trabalhadores organizados por dois motivos básicos: ele aceitava e defendia a luta cotidiana por melhorias, mesmo que a linguagem fosse revolucionária, e era um esforço para atenuar divergências que dividiam os operários, ou seja, era um fator de unificação importante.

Os anarquistas que atuaram nos sindicatos, junto a sindicalistas revolucionários puros, socialistas e outros, manifestaram graus de adesão variáveis em relação às idéias sindicalistas revolucionárias. Porém, volto a frisar, parte dos militantes e dos participantes dos sindicatos e federações eram anarquistas, mas os sindicatos e federações não o eram nem se comportavam com o tais: tinham cotas mensais, secretários e desenvolviam uma luta reformista — ou seja, dedicada a melhorar as condições de trabalho e os salários e a diminuir as horas de trabalho —, visando conquistas dentro do sistema existente.

Teoria e prática do sindicalismo revolucionário

O sindicalismo revolucionário e a autonomia operária

O sindicalismo revolucionário que inspirava os membros da federação era, sem dúvida, a procura de uma identidade operária. As frases que serviam de moldura ao título do jornal eram bastante reveladoras dessa idéia: além da famosa máxima do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels — “Proletários de todo o mundo, uni-vos” —, do lado esquerdo aparecia “Operários! Somos pequenos porque estamos de joelhos. Levantemo-nos!”.

De fato, o sindicalismo revolucionário defendeu mais do que qualquer outra corrente do movimento operário organizado a concepção do poder revolucionário dos trabalhadores emancipados e insistiu no direito de se auto-administrarem coletivamente, assim como na aptidão para gerir eles mesmos seus próprios assuntos. Não por acaso, Sorelli — e não outro — foi por muito tempo o secretário da federação, pois era o principal dos militantes do período, além de ser também um operário, no modo como era definida a classe operária. Era a visão de uma futura sociedade socialista como uma federação de oficinas se governando democraticamente e detendo coletivamente os meios de produção que inspirava

o sindicalismo revolucionário, assim como grande parte do mundo do trabalho e do movimento socialista, pelo menos até a Primeira Guerra Mundial.

Mas o novo do projeto sindicalista revolucionário era também a tentativa de conciliar a luta para obter vantagens a curto prazo no quadro do sistema existente, com aquela perspectiva a longo prazo de derrubar o capitalismo e instaurar um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores. Essa orientação autonomista estendeu-se também às esferas mais amplas da vida cultural e política, o que constitui um dos aspectos mais marcantes e originais do movimento.

De fato, o jornal da FOSP dava ênfase especial à luta cotidiana para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos operários, ressaltando a necessidade de organização. A essa luta juntava-se uma perspectiva, a longo prazo, de transformação da sociedade:

“Com energia e com entusiasmo e convicção dos seus direitos acabam de tornar efetiva essa pequena conquista — pequena pelo muito que há que conquistar e que se completará com a emancipação integral. [...] Vinde à associação! Vinde juntar a vossa energia à de nossos companheiros de miséria e continuemos a luta até a vitória final — a igualdade social!”

Estava claro, porém, que a associação de trabalhadores visava a melhoria imediata das condições de trabalho:

“Isolado, o trabalhador não pode fazer respeitar sua liberdade, introduzir a mais leve modificação no contrato de trabalho [contrato] nas condições impostas pelo patrão. Começa a poder fazê-lo, a introduzir um pouco mais de liberdade no contrato”.

Outro aspecto importante do movimento foi, como vimos anteriormente, o esforço de amenizar os conflitos entre as diferentes tendências do movimento operário. Anarquistas e socialistas colaboravam entre si, mas havia um esforço de criar uma neutralidade política dos sindicatos, que não podiam e nem deviam ser anarquistas ou socialistas, mas simplesmente operários. Procuravam demonstrar que todos os conflitos entre diferentes tendências não deveriam fazer que os operários, igualmente sujeitos à exploração capitalista, não tivessem interesses idênticos. O jornal da FOSP afirmava:

“Felizmente surgiu o sindicalismo revolucionário, que grande incremento vai tomando na Europa e que aqui entre nós vai lançando raízes [...]. O sindicato é um meio de reunir o maior número possível de trabalhadores, sem distinção de seitas nem de partidos, onde aprendem a sentir a necessidade de ser livres, felizes e independentes”.

Em 1913, um artigo n *1^o Voz do Trabalhador*, entre vários outros, comentava a ideia sindicalista com o mesmo entusiasmo:

“[...] O sindicalismo nos traz uma nova vida à luta econômica. [...] Tendo em vista o seu fim socialista, a sua concentração na luta econômica, no seu espírito francamente revolucionário, devemos admitir que o sindicalismo conseguiu criar não somente uma arma poderosa para a emancipação econômica e social, como também um novo modo de organização capaz de abarcar toda a classe produtora”.

No número do *Primeiro de Maio* de 1909, Sorelli escreveu recordando os dias passados na cela que ele chamava de “Bastilha paulistana”, após as comemorações no ano anterior. Ele lamentou que as massas houvessem naquele momento abandonado seu posto de combate:

“Os nossos sindicatos têm agora, como última herança, registros cheios de nomes, enquanto a nossa classe, os nossos companheiros de trabalho, voltaram à apatia, ao relaxamento, à inércia. [...] Uma coisa podemos, hoje, mais uma vez, afirmar: se o movimento operário de São Paulo não desapareceu totalmente [...] o mérito é um pouquinho também nosso. [...] Superado o período fatalmente crítico, parece que um sopro de vida nova fortalece atualmente os nossos sindicatos”.

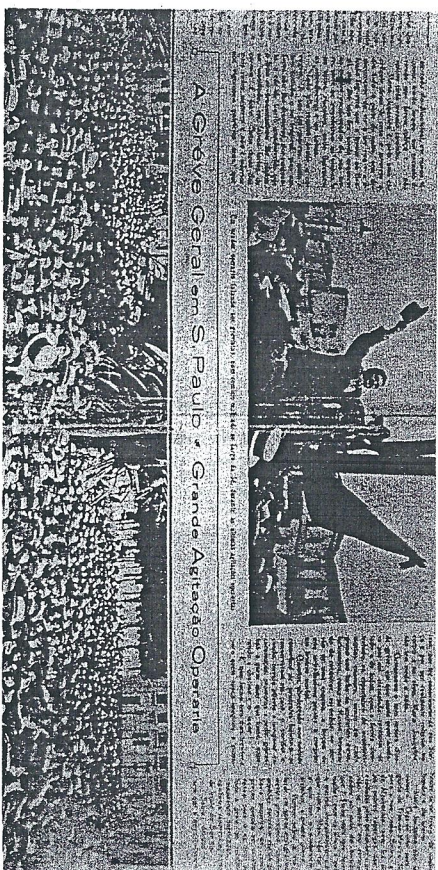
Argumenta-se também que a classe operária de São Paulo tinha conseguido nos últimos anos modificar as próprias condições, obtendo uma diminuição de horário não insignificante, cujo resultado era a redução do número de desempregados, concluindo que as vitórias foram obtidas “somente quando se decidiu entrar no terreno prático do sindicalismo”.

A leitura e a análise do jornal *La Lotta Proletaria* e de outras fontes nos momentos de maior agitação, que por isso deixaram mais vestígios, permitiram compreender a penetração das ideias do sindicalismo revolucionário no movi-

mento operário de São Paulo no início do século XX. Se o movimento, depois de um período intenso de agitação, enfraqueceu em alguns períodos, devido, em grande parte, à repressão, essa experiência de organização vivida por esses trabalhadores foi, sem dúvida, importante para o desenvolvimento posterior do movimento.

Além da ação direta dos movimentos grevistas, os trabalhadores reunidos na FOSP, ao lado de tantas outras lutas, promoveram campanhas de boicote, sobretudo dos produtos Matarazzo, contra alguns construtores e as péssimas condições de trabalho na construção da estrada de ferro Noroeste, alertando os trabalhadores a não irem trabalhar nela. O jornal revela ainda que, em vários momentos, as ligas e a federação realizavam também atividades de assistência, de socorro mútuo em caso de desemprego e, sobretudo, de auxílio às viúvas de companheiros.

A descrição das atividades das ligas e da federação demonstra que elas desenvolviam uma prática eminentemente sindical. Também em São Paulo os trabalhadores procuraram utilizar a linguagem, a teoria e a prática do sindicalismo revolucionário como resposta a seus problemas e preocupações concretos. Embora muitos anarquistas tenham participado da construção das organizações sindicais em São Paulo no início do século, a teoria e a prática dos sindicatos não eram anarquistas, mas sindicalistas revolucionárias.



A greve geral em São Paulo. Grande Apatose Operária

Militantes discursam durante a greve de 1917 em São Paulo. Os discursos dos militantes sindicalistas, socialistas e anarquistas mobilizavam grande número de trabalhadores. Elas ocorriam durante as greves, manifestações, comemorações e nos fins das passeatas que percorriam a cidade.



Manifestação de trabalhadores em São Paulo no início do século XX. A foto permite observar a presença também de mulheres e crianças.

Além de Sorrelli, escreviam no jornal da FOSP muitos outros trabalhadores e militantes: Piade Grassini, A. Raimondi, secretário da Liga dos Chapeleiros, Giovanni Scala, Angelo Scala, Luigi La Scala, Tommaso Garetti, Vico Ramiguel, Ruggero Rizzetti, Luigi Cagnetta, A. Bianchetti, Vittorio Maionica, Emanuele La Pastina, e outros ainda que, provavelmente por medo da repressão, preferiam não se identificar, como E. G., G. V., Lux, Beppe, Madeireiro, Sara Cena, Cartolino, além daqueles que assinavam apenas como “um trabalhador”, “o secretário da liga”, assim como havia os mais famosos, como De Ambris e Rossoni. Alguns desses eram socialistas, anarquistas ou adeptos convictos do sindicalismo revolucionário, enquanto outros eram trabalhadores que viam na prática sindical uma possibilidade de melhorar suas condições de vida e de trabalho.

O sindicalismo revolucionário deixou de existir como corrente política autónoma, mas imprimiu algumas de suas idéias no movimento operário de São Paulo. Ainda em 1931 a FOSP declarava a necessidade da autonomia do sindicato como condição para a convivência pacífica entre todos os trabalhadores e para a luta. Se as ligas deixaram de ser sindicalistas revolucionárias, nem por isso tornaram-se

anarquistas; mantiveram-se sindicalistas, ou seja, deram continuidade ao cotidiano de luta por melhores condições de vida e trabalho. Em 1920, por exemplo, o jornal *O Estado de S. Paulo* criticava a "pretensão" da FOSP de fiscalizar as condições de trabalho, renovando as reivindicações referentes a jornada de trabalho, trabalho de menores, trabalho noturno, questões disciplinares, além das relativas ao custo de vida, principalmente aos gêneros de primeira necessidade e alugueis.

Em relação ao fato de os sindicatos não serem anarquistas, é interessante observar um artigo de Damiani:

"No sindicato tem lugar para todo mundo: quem paga as cotas e faz greve quando há ordem é sempre um bom companheiro, mesmo se é nacionalista e católico. No sindicato a propaganda idealista é uma ofensa, uma violação aos direitos da barriga e à liberdade daqueles que não estão nem aí com a abolição do Estado e da propriedade capitalizada. Tudo o que não se refere às oito horas e aos 10 centavos a mais deve ser recusado".

Esse artigo, que descreve as preocupações dos sindicatos paulistas do período, criticando-as do ponto de vista anarquista, reforça nossa ideia de que os sindicatos reuniam trabalhadores de qualquer tendência e se preocupavam mais com seu cotidiano reformista do que com a perspectiva revolucionária. E sua crítica não era a do anarquista absolutamente contrário à organização sindical. Damiani era um malatestiano e, portanto, defendia a atuação dos anarquistas nos sindicatos, mas apenas como forma de tentar evitar que ele tomasse outros rumos, que se tornasse reformista e para tentar fazer propaganda anarquista, que, como vimos, também nesse artigo de Damiani, era recusada nos sindicatos em São Paulo. Damiani continua:

"[...] Antes, porém, uma confissão. Quem escreve essas colunas não é um adversário *a priori* do associacionismo operário com o objetivo de conquista e de resistência. [...] Querer um melhoramento relativo é melhor do que não querer nada. Mas o relativo é... negativo. E quando este nos nega, nos obstaculiza, ou exclui, a consciência da sua insuficiência... torna-se função conservadora de um estado de coisas contrário ao nosso ideal revolucionário. Não acreditamos, por isso, no valor resolutivo do sindicalismo como entidade capaz de criar uma nova estrutura social: nova não por ser reformada, retocada, melhorada, mas por ser estabelecida em bases novas. E como quem escreve é anarquista, não vê no

sindicalismo tal como ele se apresenta um coeficiente de evolução anarquista. [...] Pelo contrário, duvida que possa conduzir a uma verdadeira revolução. [...] Quaisquer que sejam as opiniões dos dirigentes de uma dada federação sindical, permanece a questão da apoliticidade do sindicato. [...] Diz-se que os inscritos no sindicato fora dele podem se colocar sob qualquer bandeira: pôr uma cédula na urna, apelar para Deus, ou fazer uma barricada. Está bem. Mas a neutralidade do sindicato não é uma confissão implícita dos seus objetivos limitados?"

Esse trecho deixa claro que os malatestianos também aqui duvidavam das virtudes do sindicato, a não ser como espaço privilegiado para a propaganda anarquista. Recusavam as vantagens das pequenas melhorias, pelo seu caráter conservador. Damiani afirma duvidar que o sindicato pudesse conduzir à revolução, o que é um indício de que outros acreditavam nisso. Damiani argumenta ainda que era preciso dar ao sindicato um ideal que o levasse além das conquistas relativas. Esse ideal seria o anarquismo, mas estava claro que os sindicatos não aceitavam a propaganda anarquista no seu interior:

"Por respeito ao estatuto, o anarquista deve eliminar uma parte de si mesmo; deve renunciar ao seu programa. As idéias ficam fora da porta. [...] O máximo que é permitido é o debate reformismo ou ação direta. [...] E acontece que o anarquista, entrando no sindicato cheio de boas intenções, sem perceber acaba se deixando seduzir pelo sindicalismo. [...] E a propaganda anarquista? Se fará mais tarde?"

Eis mais um registro de que os sindicatos não eram anarquistas. Sorrelli era sem dúvida um desses que os anarquistas consideravam ter sido seduzido pelo sindicalismo.

Em outro relato, escrito depois que ele foi expulso do Brasil, em 1919, Gigi Damiani argumenta que, até 1917, o movimento sindicalista no Brasil nunca tinha tido "um programa que fosse tolerado ou aceito pelos anarquistas". Ele afirma que os anarquistas desenvolviam uma atividade intensa de propaganda, mas não a favor dos sindicatos, que, pelo modo como eram organizados, os anarquistas consideravam um desvio e um desperdício de energias.

Em 1911, na festa do 1º de Maio, encontramos Sorrelli entre os palestrantes no comício do qual participavam a União Operária da Barra Funda, o Centro Internacional Socialista e o Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer.

No ano seguinte, o jornal anarquista *La Battaglia* convidava os sócios do Centro Libertário para uma reunião. Sorrelli aparece como membro da comissão do centro, junto com Antonio Musitano, Egisto Colli, Lucas Masculo e Francesco de Paola. Na festa do 1º de Maio daquele ano esse centro participou do comício promovido pela União dos Cantoneiros.

A partir desse período, as notícias sobre Sorrelli são pouquíssimas. Durante a grande greve de 1917, o jornal italiano *Fanfulla* anunciou seu desaparecimento e depois a notícia de sua prisão no dia 16 de julho. Para a polícia, ele ainda era um líder, mas o jornal declarou desconhecer a razão da sua prisão, “uma vez que se sabe que ele participou das atuais agitações somente como empregado do Liceu de Artes e Ofícios”. Ele foi libertado um dia após sua prisão e, alguns dias depois, participou com sua família da festa do Istituto Musicale Benedetto Marcello, no salão Giuseppe Verdi. No programa estavam uma apresentação de música clássica e baile. Lá encontravam-se também outros socialistas e anarquistas de São Paulo.

Sorrelli parece ter desistido de sua vida de revolucionário. Talvez os sonhos da juventude não tenham resistido aos anos e às prisões. Em 1930 residia ainda

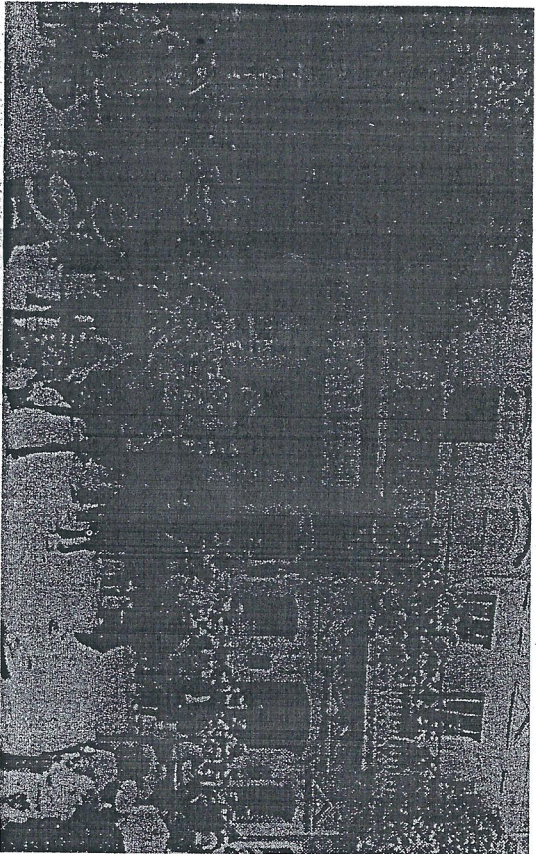
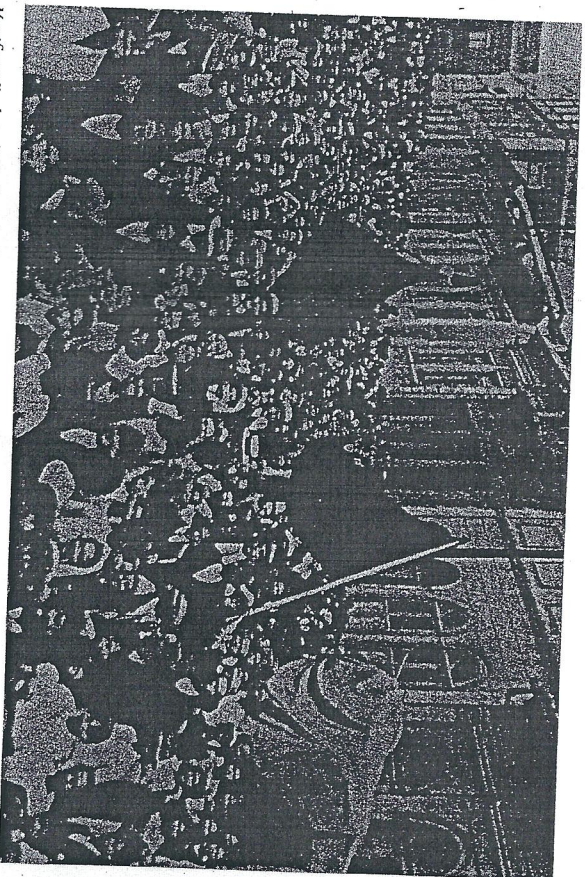


Imagem da repressão policial em São Paulo, 1917. A repressão policial foi frequente e intensa durante toda a Primeira República. Prisões arbitrárias, repressão de manifestações e greves, invasão de domicílios e de sedes de sindicatos e jornais faziam parte do cotidiano dos militantes e trabalhadores.



Manifestação de trabalhadores em São Paulo na greve de 1917. Apesar de a foto ser em preto-e-branco é possível observar a presença da bandeira vermelha dos socialistas e da preta dos anarquistas.

em São Paulo e, segundo a polícia italiana, que continuava a observá-lo, “parece que tenha abandonado as antigas tendências subversivas”. Tornou-se diretor do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e participava da vida da colônia italiana de São Paulo, sendo inscrito na sociedade italiana de cultura Muse Italiche. Segundo a polícia italiana, Sorrelli manifestava até mesmo “sentimentos patrióticos”. “Sorrelli demonstra-se bom patriota, tem conduta moral irrepreensível, participa da vida colonial, e respeita as autoridades.” Em 1938 Sorrelli foi eliminado do “arquivo dos subversivos” italianos no mundo. Não atraiu mais nenhuma atenção sobre si.

Tradição sindicalista

Antonio Candido, em seu livro *Teresina, etc.*, dá um interessante conselho aos historiadores: “Alguém deveria estudar a fundo os grupos de militantes italianos que atuaram naquela altura — socialistas, anarquistas, sindicalistas”. Em inúmeras referências e nas fontes do período, encontramos o termo sindicalista dissociado

de anarquista ou socialista, ou seja, o sindicalismo também aqui era freqüentemente reconhecido como uma corrente autônoma. Os adeptos do sindicalismo revolucionário eram reconhecidos e chamados de sindicalistas.

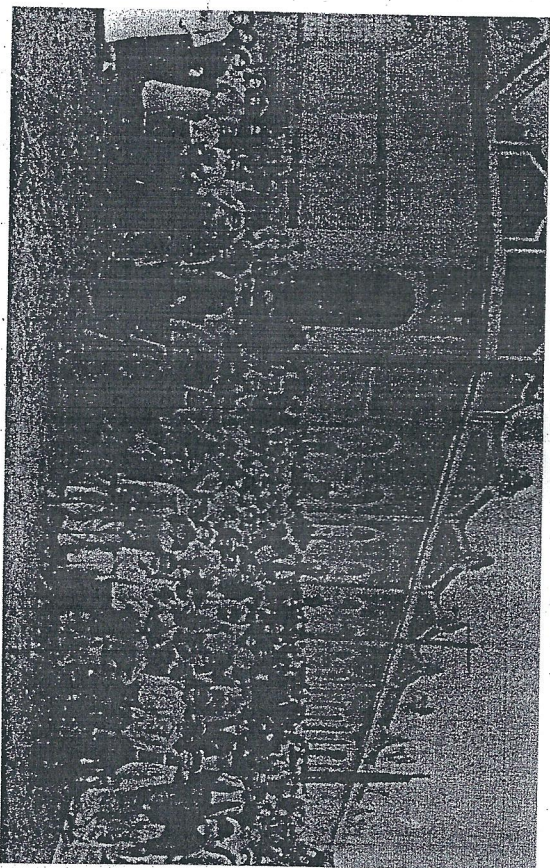
Em 1909, por exemplo, um relatório de um comissário de polícia italiano que atuava junto ao Consulado de São Paulo vigiando as atividades dos "grupos subversivos" indicou a presença, em São Paulo, de grupos de várias tendências políticas: socialistas, que segundo ele se tornavam cada vez mais reformistas, republicanos, anarquistas e os que ele considerava "os mais irreduzíveis socialistas, conhecidos sob o nome de sindicalistas revolucionários", afirmando que estes últimos não eram poucos, especialmente em São Paulo, que tinha acolhido muitos dos sindicalistas refugiados da Itália. Embora classificando-os como socialistas, o policial identificava os sindicalistas revolucionários como um grupo autônomo, separado tanto dos socialistas quanto dos anarquistas.

Ainda em 1931, um relatório enviado ao delegado de ordem social sobre a FOSP, feito por um policial provavelmente infiltrado no movimento operário, visto o seu grau de informação, observava: "Existem atualmente três tendências definidas de idéias sociais proletárias: anarquistas, sindicalistas e comunistas".

A tradição sindicalista na FOSP parece ter durado muito, mesmo no contexto em que os comunistas se empenhavam para assumir o controle dos sindicatos. Prevalcia ainda a idéia de unidade da classe trabalhadora. O policial continua avaliando a situação da federação operária da seguinte maneira:

"[...] Chegam alguns a fazer do sindicalismo um verdadeiro corpo de doutrinas que, em tese, tem a seguinte expressão doutrinária: todo o poder aos sindicatos. Este doutrinário sindicalista é muito discutido pelos anarquistas negativistas do valor efetivo do sindicalismo como doutrina específica que basta a si própria. [...] Os sindicalistas concebem, com os anarco-sindicalistas, o sindicalismo como uma doutrina social definida, e são os que constituem atualmente a maioria no campo operário. [...] A FOSP é uma continuação histórica do movimento operário do estado e foi criada pelos sindicalistas d anarco-sindicalistas há mais de 25 anos, tendo já realizado três conferências operárias estaduais. Mantém essa federação o critério histórico do sindicalismo, a concepção apolítica, isto é antipolítica. Em seu seio agrupam-se todas as tendências e todos os credos, não aceitando o predomínio de nenhuma tendência e de nenhum credo. A sua linha é de ação essencialmente econômica."

Este trecho reafirma a idéia de que para uma parte considerável dos líderes e trabalhadores que atuavam no sindicato o sindicalismo era uma doutrina política autônoma, constituindo, segundo o relato, a maioria no mundo operário paulista. Observa também a desconfiança e a discordância de anarquistas em relação à doutrina de que o sindicato bastava a si mesmo, ou seja, era a única organização que bastava para os trabalhadores conduzirem as lutas por direitos e garantia dos direitos. E essa tendência é reconhecida como uma característica histórica do movimento operário do estado de São Paulo, que a FOSP representava desde o início do século. O esforço de garantir a unidade da classe trabalhadora era mantido, reafirmando a idéia do sindicalismo revolucionário de não se associar a nenhuma tendência política específica, de modo que trabalhadores de todas as tendências pudessem fazer parte da federação e reconhecê-la como defensora de seus interesses. Ele afirma também que a ação do sindicato era essencialmente econômica, ou seja, limitava-se a reivindicar melhorias para os trabalhadores por meio da organização e da ação direta, sobretudo as greves.



Trabalhadores do Catapiçó Crepi no início do século XX. Crepi e Marazzo eram italianos de família burguesa que, vindos para o Brasil nas últimas décadas do século XIX, tiveram grande sucesso em seus empreendimentos. Embora tentassem usar o discurso da identidade nacional para conter seus trabalhadores italianos, as lutas em seus estabelecimentos foram bastante intensas, incluindo greves, manifestações e campanhas de boicote.

Alguns meses antes, o secretário da FOSP, escrevendo ao interventor federal em São Paulo, tinha afirmado o caráter sindicalista revolucionário da federação, que depois seria confirmado pelo relatório policial:

“[...] Federação Operária de São Paulo, organismo que, em justiça, não poderá ser acusado de alimentar exóticas ideologias, pois na III Conferência Operária Estadual, realizada nesta cidade, ficou plenamente demonstrada que a sua orientação é absolutamente sindicalista revolucionária, contrária, então, à orientação política do partido bolchevista, conhecido mais pelo nome de Partido Comunista”.

Essa é apenas mais uma fonte que confirma a tese da influência das idéias sindicalistas revolucionárias no movimento operário paulista e nega sua associação direta a uma corrente política, como o anarquismo. Ela reafirma também o caráter sindicalista do movimento, ou seja, o esforço para conseguir o melhoramento das condições de vida e de trabalho. É claro que, tomada separadamente, a carta do secretário da federação poderia ser compreendida somente como uma tentativa de driblar a repressão. Entretanto, o relatório do policial confirma o relato do secretário. Portanto, essa fonte, cruzada com tantas outras que encontramos, inclusive o debate entre os diferentes grupos, confirma a hipótese defendida por este estudo.